

1992

07-Out-2008

O ano inicia-se com a tomada de posse dos novos Corpos Gerentes do STAL, quer a nível nacional quer regional, no momento em que a luta pela PRC/92 mobiliza as atenções gerais.

Interrompendo um processo negocial que estava longe de se ter esgotado, o Governo faz publicar ilegalmente a Portaria 77-A/92, através da qual procura impedir aumentos salariais de 8 por cento. Cozinha ainda, no âmbito do Conselho Permanente de Concertação Social, em conluio com o patronato e a UGT, um acordo sobre política de rendimentos que mais não visa do que a chamada «contenção salarial». Fixa, ainda, um salário mínimo na Administração Pública inferior ao salário mínimo nacional e inventa um originalíssimo «adicional ao salário» de 2 por cento, com o qual procura sustentar que os aumentos para a Administração Pública serão de 10 por cento e não de 8 por cento.

Em luta contra estas manobras do Governo e seus aliados, o STAL mobiliza-se e, em conjunto com outros sindicatos do sector, promove uma grandiosa concentração nacional em 23 de Janeiro junto ao Centro Cultural de Belém, onde funcionava a Presidência do Conselho da Europa, protestando contra a despudorada ofensiva desencadeada contra os trabalhadores.

A 18 de Fevereiro, a Administração Pública leva a efeito um dia de greve nacional, com altíssimos níveis de adesão.

Na sequência de Resolução aprovada pelo Conselho Geral em Novembro de 1991, realizou-se no dia 6 de Março um plenário nacional de jovens do STAL, com a participação de representantes das várias regiões do país.

A 25 e 26 de Março, o STAL participa na reunião da Comissão Executiva da União Europeia dos Trabalhadores da Administração Local (UETAL) que se realizou em Londres e teve como temas centrais a criação de uma Academia Europeia de Formação Profissional e a preparação do Seminário Internacional, a realizar em Lisboa no dia 12 de Novembro.

O Secretário Geral da NALGO, sindicato inglês da Administração Central e Local, enviou uma mensagem à direcção do STAL solidarizando-se com a luta dos trabalhadores portugueses.

Em 26 e 27 de Março, nova greve nacional convocada pelo STAL foi levada a cabo, registando-se o encerramento de inúmeros serviços comunitários. Esta greve teve como pressupostos não apenas as questões salariais, mas muitas outras que se encontram pendentes, como sejam a eliminação da elevada taxa de precaridade de emprego, a revisão do NSR, a implementação de uma rigorosa política de higiene e segurança no trabalho, o prometido subsídio de insalubridade, penosidade e risco, a alteração do Estatuto de Aposentação, etc..

O Conselho Geral do STAL reuniu a 3 de Abril em Lisboa, sob o lema «Protestar e lutar para defender direitos». Foram

delineadas, neste Conselho Geral, as acções de luta a levar a cabo em defesa dos direitos dos trabalhadores do sector.

Em Montluçon (França), o STAL participou, a convite da Federação dos Serviços Públicos e da União Geral das Federações de Funcionários (organizações que representam os sindicatos CGT dos Funcionários da Administração Local e Central de França) no seu 4º Congresso, que decorreu de 6 a 10 de Abril.

No dia 30 de Abril, sob a direcção do STAL, os bombeiros profissionais manifestam-se junto à Sede do Conselho de Ministros, exigindo a resolução dos seus problemas específicos.

Os fiscais municipais reunem em plenário nacional no dia 7 de Maio, no Hotel Roma, em Lisboa, onde debatem a discriminação de que são vítimas, resultante da não aplicação à sua carreira do Decreto-Lei n.º 420/91, das penalizações disciplinares agravadas pelo Art.º 56º do Decreto-Lei n.º 445/91, da falta de definição dos conteúdos dos profissionais e da não aplicação do subsídio de risco e ainda da não revalorização da carreira técnico-profissional.

Realizaram-se, no mês de Maio, encontros descentralizados de trabalhadores das carreiras operárias, para discutir a revalorização da carreira, os salários, as promoções, as progressões nos escalões e os perfis funcionais. No Porto, no dia 15, com a participação das regiões sindicais de Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. Em Lisboa, no dia 22, com as regiões de Beja, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal.

O Conselho Geral voltou a reunir este ano no dia 5 de Junho, extraordinariamente, e em 27 de Novembro, em sessão ordinária.

No Pavilhão do Clube Atlético Campo de Ourique (CACO) o STAL e o STML promovem, no dia 6 de Junho, um grande plenário nacional, em que participam milhares de trabalhadores de todo o país. Após o plenário, os trabalhadores desfilarão à residência oficial do Primeiro-Ministro, onde exigiram negociações sérias para a resolução dos graves problemas que os afectam.

Em 7 de Junho, realiza-se em S. Pedro de Muel o 4º Encontro/Convívio Nacional do STAL, com a participação de mais de mil associados e familiares. Na véspera, tivera início o 1º Acampamento Nacional dos jovens do STAL.

Em 17 de Junho, o STAL leva a efeito em Lisboa um Encontro Nacional descentralizado, para as regiões Sul e Centro, destinado a debater os problemas dos trabalhadores inseridos nas carreiras auxiliares.

A Assembleia Anual da EULAS/UEFPC, realizou-se nos dias 24 e 25 de Junho. Esta Assembleia e por proposta do STAL, aprovou uma resolução exprimindo a sua solidariedade para com o povo de Timor-Leste e a sua condenação ao massacre de Dili, levado a cabo pelos invasores indonésios.

Uma delegação do STAL foi recebida, em 25 de Junho, pelo Presidente do Serviço Nacional de Bombeiros, onde faz entrega de documento reivindicativo do STAL para este sector e explica as razões que estão na base das acções de luta desencadeadas.

No mesmo dia, dezenas de bombeiros vindos de Coimbra, Faro, Leiria, Santarém e Viana do Castelo, concentram-se frente ao Conselho de Ministros, em luta pelas suas reivindicações.

Em 26 de Junho, os trabalhadores das autarquias participam activamente na concentração convocada pela CGTP-IN, à qual o STAL aderiu, junto ao Centro Cultural de Belém, contra a revisão da Lei da greve.

Em 7 de Julho, uma dirigente do Executivo da Direcção Nacional do STAL toma posse como membro do Conselho Geral do CEFA (Centro de Estudos e Formação Autárquica), em cerimónia realizada na Secretaria de Estado da Modernização Administrativa.

A 23 de Julho, a CNS da Frente Comum de Sindicatos reúne com o Ministro das Finanças, Braga de Macedo, o qual deu a conhecer a «previsão» do Governo para a taxa de inflação em 1993, [5 a 7 por cento (!)] tentando deste modo limitar a partida os valores a discutir para a tabela salarial desse ano. A CNS manifestou o seu total desacordo quanto aos métodos do Governo e apresentou um conjunto de exigências a ter em conta na elaboração da proposta de Orçamento do Estado para 1993, nomeadamente: «A integração da remuneração adicional de 2 por cento na tabela salarial; a garantia de um crescimento real dos salários e a sua aproximação aos praticados nos restantes países europeus; um aumento significativo dos salários mais baixos (situados entre os 40 e 50 contos); um salário mínimo na Administração Pública, nunca inferior ao salário mínimo nacional; a valorização das carreiras profissionais e a reparação das injustiças resultantes da aplicação do NSR; a garantia da estabilidade no emprego público e o fim da discriminação dos trabalhadores da Administração Pública».

Em 30 de Junho, os Fiscais Municipais concentram-se frente à SEALOT, em luta pelas suas reivindicações específicas.

O Presidente da República, aquando da «Presidência aberta» realizada em Viana do Castelo, recebe a Direcção Regional do STAL daquele distrito, no Governo Civil, no dia 25 de Setembro.

Em 29 de Setembro foi inaugurada uma nova sede regional em Ponta Delgada.

Em 13 de Outubro, a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública promove um plenário de dirigentes, delegados e activistas sindicais, com vista a analisar o quadro em que se processam as negociações da PRC/93.

No dia 15 de Outubro realiza-se uma acção de mobilização junto dos deputados da Assembleia da República, aos quais é entregue uma «Carta aberta» onde se relatam os inúmeros problemas que subsistem no sector e se solicita o empenho dos deputados no encontrar de soluções que dignifiquem a Administração Pública e respectivos trabalhadores.

Em 11 de Novembro, reúne em Lisboa a Comissão Executiva da EULAS, que define, entre outras questões, as orientações futuras da organização.

A 12 de Novembro, no Hotel Altis, em Lisboa, realizou-se um Seminário Internacional sobre «A Comunidade Europeia e os trabalhadores das Autarquias». Neste Seminário, promovido pelo STAL e pela EULAS/UETAL (União Europeia dos Trabalhadores da Administração Local) debateram-se temas como: «A legislação europeia - conteúdo e processos de adopção», «1992 - Ano Europeu da Segurança, Higiene e Saúde no Local de Trabalho. Condições de trabalho nas autarquias europeias» e «Formação em Portugal e noutros países europeus».

Greve nacional, convocada por todos os Sindicatos da Administração Pública, no dia 13 de Novembro. Os trabalhadores das autarquias respondem em massa por todo o país, registando-se uma adesão de mais de 85 por cento no nosso sector.

Em 20 de Novembro, no 2º Plenário Nacional de Jovens, é constituída a Comissão Nacional de Jovens do STAL.

A 3 de Dezembro prossegue a luta com uma manifestação nacional realizada em Lisboa, em defesa da PRC/93.

Ainda em 3 de Dezembro, o STAL e a CGTP celebram um «protocolo de representatividade», onde se define o âmbito das relações recíprocas a desenvolver.